

# Projetos Republicanos para a Saúde: o ensino livre de medicina

Márcia Regina Barros da Silva<sup>1</sup>

Após 1850, o café passou a ser o principal produto de exportação de São Paulo, substituindo definitivamente a cana-de-açúcar e provocando um processo fabuloso de transformação econômica no estado e em sua capital. A cidade de São Paulo adquiriu o status de metrópole moderna graças à rápida urbanização e ao grande aumento demográfico ocorrido a partir do mesmo período. A antiga vila colonial viu sua população negra e indígena ser substituída por um enorme contingente de mão-de-obra estrangeira, branca, sobretudo italiana, a partir de 1890. Para se ter uma idéia da imensidade dessas transformações, em menos de dez anos, entre 1891 e 1900, São Paulo recebeu cerca de 700.000 imigrantes.

O país também se transformava. A Abolição foi efetivada em 1888 e a Proclamação da República se deu em 1889. A descentralização administrativa que o novo regime propugnava possibilitou ao estado de São Paulo uma autonomia importante para o projeto de modernização que suas elites almejavam. A saúde pública foi uma das áreas em que um grande número de mudanças se tornou visível.

Por outro lado, o aumento da população agravava as condições sanitárias nas principais cidades e os primeiros casos de peste bubônica e febre amarela começaram a surgir. Os serviços que haviam sido instalados no período do Império, como o Instituto Vacínico e a Inspetoria de Higiene, tinham uma atuação bastante restrita e não conseguiam resolver os problemas sanitários que se multiplicavam.

A assistência médica era realizada basicamente pela Santa Casa de Misericórdia, com atendimento na capital desde 1825 e que, em 1855, transfere-se para nova sede. Neste mesmo momento começam a surgir associações mutualistas, como, por exemplo, a Beneficência Portuguesa, em 1850. Ainda não havia hospitais públicos inteiramente sustentados pelo Estado.

É possível observar nesse período o crescimento de atividades direcionadas ao debate sobre as atividades médicas e o aumento do número de profissionais na área, muitos também imigrantes. A implantação do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo pelo novo governo republicano, em 1892, serviu como marco para a melhoria das condições de saúde naquele momento. Com muitos dos seus laboratórios sendo transformados em institutos, formou-se um corpo profissional importante para o trabalho com a saúde. O Serviço atuava tanto no enfrentamento

direto a doenças quanto na regulamentação e fiscalização de alimentos, bebidas e remédios vendidos nas cidades. No combate às epidemias, as ações iam de desinfecção de casas, espaços públicos e objetos contaminados ou suspeitos de contaminação, até a pesquisa do desenvolvimento das doenças e a busca de vacinas e tratamentos.

Ao mesmo tempo em que essas ações contribuíam para a melhoria da qualidade de vida, serviam também para normatizar a vida das populações e inseri-las mais completamente na modernidade republicana, ampliando também a inserção do poder estatal nas zonas rurais, a partir de um sistema cada vez mais ramificado de órgãos e serviços públicos. Foi nesse contexto, de criação e reorganização dos espaços destinados aos cuidados com a saúde e higiene pública, que houve a primeira tentativa oficial de criação de uma escola médica em São Paulo. O governo do estado propôs, em lei de 1891, a criação de uma Faculdade de Medicina e Cirurgia, que não chegou a ser consumada.

## A Primeira Universidade de São Paulo

Um personagem importante para a História da Medicina no Brasil e para São Paulo, pouco estudado até o momento, foi o médico mineiro Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães. Formado em 1882 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, trabalhou desde 1881 nos laboratórios do renomado cientista Louis Couty, na área da fisiologia experimental e farmacologia do Museu Nacional. Na mesma faculdade, Guimarães foi aprovado em concurso como professor substituto na Cadeira de Terapêutica Clínica, em 1883.

Com a morte de Couty, em 1884, atacado pela febre amarela, o grupo de pesquisa liderado pelo cientista francês se dissolveu. No ano seguinte, em 1885, Guimarães decidiu então seguir viagem de estudos no exterior, onde permaneceu por cerca de um ano freqüentando, entre outros, o famoso Salpêtrière, com o médico Jean-Martin Charcot. Na sua volta, por divergências quanto às suas atividades na Faculdade, decidiu deixar o magistério. Retornou ao estado de São Paulo e passou a clinicar com o pai, em Campinas, ficando responsável pelo diagnóstico da temida febre amarela que iniciava na região.

Com a Proclamação da República, foi nomeado dire-

<sup>1</sup>Doutora em História pela USP, Pesquisadora do Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde - Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Contato: mbarros.cehfi@epm.br

tor da instrução municipal, porém, pouco tempo depois, se instalou na capital paulista, participando ativamente dos debates políticos do momento e sendo eleito deputado pelo Partido Republicano. Após a promulgação da Assembléia Constituinte, retornou a Campinas, aos casos de febre amarela e para a sua fazenda de café. Tornou-se responsável pela organização do primeiro Congresso dos Lavradores, que tencionava interferir na política econômica, porém que não obteve grandes êxitos.

Em fins de 1906, retornou a São Paulo reassumindo a atividade clínica. Em 1909, participou da fundação da Academia Paulista de Letras ocupando a cadeira de número 10, para a qual escolheu o médico Cesário Motta como patrono. Nesse momento, já escrevia livros e diversos artigos em jornais e era bastante assíduo no debate que se instalava para a criação de uma faculdade de medicina no estado.

Durante todo esse período houve diferentes tentativas, todas frustradas, de retomar o projeto de 1891 para a criação do ensino superior de medicina. Uma das mais discutidas, foi a proposta de 1910 da Faculdade de Farmácia, instituição particular, criada em outubro de 1898 e subsidiada, em parte, pelo governo do estado, que, em 1902, passou também a abranger cursos de parteiras e dentistas, recebendo o nome de Escola Livre de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia.

A proposta de criação de um curso médico nesta instituição foi intensamente repudiada. Em parte, pela não aceitação de profissionais paulistas de que farmacêuticos ficassem responsáveis pela formação de médicos. Esse dado não era exato, já que existiam, de fato, médicos envolvidos no projeto. Contudo, esse foi o estopim para o acirramento de debates sobre a necessidade de São Paulo vir a ter ou não um curso de formação de médicos.

A reorganização do ensino superior era uma batalha, também, em nível federal, devido às reformas implementadas pela república e às demandas políticas de diferentes grupos, principalmente, de intelectuais positivistas. Estes propunham o fim da exigência de diplomas oficiais para o desempenho de qualquer atividade profissional, o que na prática, acabava por interferir no exercício das profissões, pois criava a possibilidade da liberdade profissional completa, inclusive do exercício da medicina. O que estava em jogo eram modificações nas funções que o Estado brasileiro desempenhava, pois ao ser o responsável único pelo acesso às faculdades oficiais, sujeitava as seleções dos candidatos ao ensino superior a atitudes clientelistas, de acordo com suas expectativas.

Como conseqüência desses debates, ao assumir o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Rivadávia Correia (1910-1913) apresentou legislação federal para a adoção do ensino livre no Brasil, favorecendo também a criação de estabelecimentos particulares. A Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental, de 5 de abril de 1911, entre outras coisas, permitiu que a iniciativa particular pudesse expedir seus próprios diplomas. Essa reforma foi tida como responsável pelo crescimento excessivo de escolas sem condições reais de ministrar o ensino superior, seja

pela falta de pessoal qualificado, seja pela precariedade de instalações e materiais. Em São Paulo foram criadas diversas instituições livres de vida efêmera e muitas de caráter duvidoso, acusadas de servirem de fachada para a simples venda de diplomas. Tem-se notícia da criação de diversos estabelecimentos de ensino tais como o Instituto Universitário de São Paulo, a Universidade Escolar e a Universidade Brasileira.

Foi na conjunção dos debates em torno da proposta de curso na Faculdade de Farmácia, da entrada em vigor da lei Rivadávia Correia e do grande movimento em torno da saúde pública paulista, que Eduardo Guimarães propôs a criação de uma nova universidade que contaria com um curso de medicina. Em 19 de novembro de 1911, seria fundada a Universidade de São Paulo, por um grupo capitaneado por ele, indicado para o cargo de reitor<sup>2</sup>.

De todas as instituições particulares anunciadas, a Universidade de São Paulo foi a única a apresentar uma organização efetiva, possuindo dez faculdades: Belas Artes; Ciências, Filosofia e Letras; Agronomia e Zootecnia; Medicina Veterinária; Comércio; Odontologia; Farmácia; Engenharia; Direito e Medicina e Cirurgia. Além desses cursos, foi criada na instituição uma Universidade Popular, que ministrou alguns cursos gratuitos e variados de literatura, ciências e filosofia, propondo a criação de uma Academia de Ciências.

A Escola de Medicina e Cirurgia era, de longe, a mais importante. No seu primeiro ano, teve um total de 376 inscritos: 58 matriculados na primeira série e 318 em curso preparatórios para ingresso no ano seguinte. Foram instaladas na área da saúde, no mesmo período, a Faculdade de Odontologia e a Faculdade de Farmácia, com 91 e 59 inscritos, respectivamente. Em toda a Universidade os matriculados somavam cerca de 700 alunos.

A Universidade de São Paulo possuía 250 professores, dos quais 50 estavam em exercício em 1912. Entre os professores do curso médico, foram convidados nomes de grande prestígio na medicina paulista e brasileira, tais como: Vital Brazil, convidado para catedrático da cadeira de Microbiologia; o próprio reitor Eduardo Guimarães, para professor de Patologia; Alberto Seabra, para a cadeira de Higiene; Luiz Philippe Baeta Neves, para a Ginecologia e Franco da Rocha, diretor do Hospital do Juquery, para a cadeira de Neurologia e Psiquiatria. Entre esses convidados a lecionar na nova escola, figurariam, ainda, os nomes de Luiz Pereira Barreto, Luiz do Rego, Pinheiro Cintra, Oliveira Fausto, Rubião Meira, Alves Lima e Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor da Santa Casa.

Antonio Carini, na época diretor do Instituto Pasteur, convidado para a cadeira de Anatomia e Histologia, foi também indicado para diretor da Faculdade de Medicina. Ulysses Paranhos, médico da Santa Casa, foi indicado para o cargo de vice-reitor e para a cadeira de Clínica Médica do curso médico. Este último, seguiu em seguida

<sup>2</sup>A primeira Universidade paulista possui um vasto acervo conservado pelo Arquivo do Estado de São Paulo. Composto por material das diferentes faculdades e serviços tal acervo contém em sua maioria documentos referentes à Faculdade de Medicina. Fichas de inscrição, boletins e provas de alunos, relatórios e documentação administrativa, assim como fotos, constituem uma série bastante ampla ainda pouco explorada das atividades da instituição.

para a Europa, a fim de adquirir material para os laboratórios de vários cursos da Universidade. Ela foi instalada em 23 de março de 1912, com aula inaugural de Anatomia, proferida pelo médico Olegário de Moura e publicada em uma das principais revistas médicas do período, a Gazeta Clínica de São Paulo.

A Faculdade logo constituiu uma policlínica médico-dentária, com uma farmácia anexa e salas alugadas localizadas à rua Bento Freitas, no centro da cidade. Juntamente foi instalado um hospital universitário, o Hospital de Caridade do Brás, posteriormente denominado Hospital São José do Brás, mantido por uma fundação criada especialmente para este fim, o Instituto Pereira Barreto. Havia planos para a construção de um instituto anatômico, a ser localizado em terreno doado pela prefeitura nas proximidades do Cemitério do Araçá, especificamente para a dissecação de cadáveres.

A instituição havia sido financiada com ajuda do “capitalista” José Lemos Monteiro da Silva, que organizou um instituto, a Associação Beneficente Universitária, para gerir os negócios da Universidade de São Paulo, mas que logo se desligou de tais atividades.

Tal como previsto pela legislação vigente, a primeira USP poderia expedir seus próprios diplomas. Para confirmar esta prerrogativa, em 9 de novembro de 1913, a reitoria da Universidade veio a consultar o Conselho Superior de Ensino quanto à validade dos seus diplomas, tendo parecer favorável do governo federal, porém não se transformando em reconhecimento oficial.

As dificuldades, no entanto, se iniciaram, sobretudo com a saída do então governador da presidência do Estado, Albuquerque Lins, amigo de Guimarães e estimulador do projeto. Em 1912 assumia o governo Rodrigues Alves, figura intimamente ligada às demandas de saúde das elites paulistas. Havia sido ele, quando presidente do Brasil, a comandar as reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro que redundaram na famosa Revolta da Vacina, em 1904.

Em São Paulo, Rodrigues Alves retomaria a antiga proposta de criação de uma escola oficial de medicina. Neste momento, já havia em São Paulo outras duas escolas oficiais criadas no período republicano, uma faculdade de engenharia, a Escola Politécnica, de 1893, e a Escola Agrícola Luís de Queiroz, criada em 1901. Além dessas, São Paulo possuía a antiga Faculdade de Direito, fundada na época do Império, em 1854, que teve importante papel no debate republicano que derrubou o antigo regime, além da Faculdade de Farmácia, já citada.

Assim, após a criação da primeira universidade paulista e da faculdade particular de medicina foi criada uma escola médica oficial. Essa foi rapidamente instalada a partir de lei de 19 de dezembro de 1912, aprovada em 31 de janeiro de 1913. A chamada Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo foi organizada pelo médico Arnaldo Vieira de Carvalho, amigo de Rodrigues Alves, diretor do Instituto Vacinogênico e diretor também da Santa Casa de Misericórdia – local este, em que já havia movimentações e debates pela criação de uma faculdade de medicina e

de onde procederia a maior parte dos docentes contratados para a faculdade, além dos médicos trazidos da França e Itália, para as cátedras de Fisiologia e Anatomia.

Os trabalhos da nova faculdade foram iniciados em instalações emprestadas da Escola Politécnica de São Paulo e da Escola de Comércio Álvares Penteado. No seu segundo ano de funcionamento, em 1914, a Faculdade de Medicina oficial foi transferida para um prédio alugado na rua Brigadeiro Tobias, funcionando até 1938, quando foram, por fim, inauguradas as instalações próprias na atual avenida Dr. Arnaldo.

O curso de medicina da universidade de Eduardo Guimarães passou a sofrer graves reveses a partir da criação da faculdade oficial. Embora os futuros diplomas de seu curso pudessem vir a ser válidos perante a legislação federal, concretamente a faculdade não havia conseguido ser reconhecida pelo ministério competente. Além disso, os profissionais formados necessitavam ter sua documentação reconhecida junto aos serviços de saúde do estado, que só admitia diplomas já reconhecidos. Essa instabilidade afastava cada vez mais os alunos matriculados e diminuía a procura pelos cursos da Universidade.

A partir de 1913, o Supremo Tribunal Federal editou parecer que condicionava o registro de diplomas das instituições de ensino superior a uma fiscalização federal, sob pressão dos debates contrários à lei que instituiu o ensino livre. Logo em seguida, em 1914, o reitor Eduardo Guimarães requisitou fiscalização federal para a sua escola de medicina.

Enquanto isso, a legislação sobre o ensino superior foi mais uma vez reorganizada com a queda do ministro Rivadávia Corrêa, em 1915. A lei do ensino livre foi revista e as escolas particulares, além de se verem obrigadas a passar por inspeção federal, tiveram que corresponder a novos quesitos para aprovarem seus cursos. Deveriam comprovar cinco anos de funcionamento regular, após apresentação de programas curriculares mínimos, comprovar exames rigorosos para ingresso vestibular, além de comprovar possuir laboratórios bem equipados para aulas práticas e ter todo o corpo docente escolhido por concurso público.

Apesar de apresentar a documentação exigida, a Universidade não conseguiu impedir o declínio acentuado de seus cursos, inclusive o de medicina. Não conseguiu que fosse designado um fiscal para acompanhar as atividades da instituição, ao mesmo tempo, em que muitos professores começavam a deixar a faculdade particular em nome da faculdade oficial. Antonio Carini, por exemplo, abandonou a Universidade ao ser indicado professor na cadeira de Microbiologia da Faculdade de Medicina.

O mesmo abandono ocorria por parte de alunos, o que levou a situação financeira da instituição a se agravar e, depois de diversas tentativas sem sucesso de resolver suas questões legais, ter suas atividades encerradas por Eduardo Guimarães. A transferência no mesmo ano dos alunos de medicina para outras escolas foi garantida anteriormente ao fechamento definitivo e melancólico da Escola de Medicina da Universidade de São Paulo, em 1917.

Após o insucesso da primeira tentativa de criação de uma universidade na capital de São Paulo, Guimarães voltou a sua fazenda, agora em Ribeirão Preto, desistindo da vida pública. A criação da Universidade de São Paulo, em 1934, e a incorporação das faculdades existentes no estado no mesmo ano indicam que o projeto de criação de instituições de ensino superior estava só começando. Mesmo sem sucesso, essa primeira iniciativa particular pode ser vista como uma proposta marcante na história do ensino superior paulista, momento em que questões decisivas da organização da saúde e do ensino agitavam os primórdios da instalação da República em São Paulo.

#### **Referências Bibliográficas:**

- GUIMARÃES, C.; VALLE, J.R. **Vida e obra de Dr. Eduardo Guimarães**. Monografia do Instituto Brasileiro de História da Medicina. Rio de Janeiro, 1961. 32 p. s/e.
- NADAI, E. **Ideologia do progresso e ensino superior (São Paulo 1891-1934)**. São Paulo : Edições Loyola, 1987.
- MOTA, A. **USP Avant USP. O caso da Faculdade de Medicina em 1911**. Revista USP, São Paulo, n. 61, p. 210-21, março/maio, 2004.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **História sem fim... inventário da saúde pública**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.
- SÃO PAULO. **Legislação Federal do Ensino Superior (1825-1952)**. São Paulo, 1953.
- SILVA, M.R.B. O ensino médico em debate: São Paulo, 1890-1930. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro: v. 09 (suplemento), 2002. p. 139-59.
- TEIXEIRA, L.A. **Ciência e Saúde na terra dos bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período de 1903-1916**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1995.
- VALLE, J.R.. **Homens e instituições: a obra científica e social de Eduardo Guimarães**. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 13, n. 2, 1961. p. 15-32.